



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO / MG

VEREADOR JOÃO EDUARDO



PROJETO DE LEI Nº 04 /2025

“ Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Incentivo à Denúncia de Descarte Irregular de Resíduos Sólidos no Município de Bom Despacho – MG, com recompensa ao cidadão denunciante, e dá outras providências. ”

A Câmara Municipal de Bom Despacho, nos termos do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, aprova:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Municipal de Incentivo à Denúncia de Descarte Irregular de Resíduos Sólidos, com a finalidade de estimular a participação da população na fiscalização ambiental urbana e no combate ao descarte irregular de lixo em vias públicas, terrenos baldios, áreas verdes, cursos d'água e demais logradouros.

Art. 2º O Programa poderá prever a concessão de recompensa ao cidadão denunciante, correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor da multa administrativa efetivamente arrecadada em razão da infração constatada.

Art. 3º O Poder Executivo poderá estabelecer que a denúncia seja acompanhada de elementos mínimos de comprovação, tais como:

- I – fotografia ou vídeo;
- II – data, horário e local do fato;
- III – informações que possibilitem a identificação do infrator.

Art. 4º Poderão ser assegurados:

- I – sigilo dos dados do denunciante;
- II – canais eletrônicos e presenciais para recebimento das denúncias;
- III – procedimentos técnicos de verificação e validação das informações.

Art. 5º A recompensa, quando adotada, poderá ser paga somente após:

- I – a confirmação da infração;



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO / MG

VEREADOR JOÃO EDUARDO



II – a lavratura do auto de infração;

III – o efetivo pagamento da multa aos cofres públicos.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, observada a disponibilidade financeira do Município.

Art. 7º O Poder Executivo, se entender conveniente e oportuno, regulamentará esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Despacho, 02 de Fevereiro de 2026.



JOÃO EDUARDO CAMPOS
VEREADOR



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instituir programa de incentivo à participação popular na fiscalização ambiental urbana, mediante a criação de mecanismos que estimulem o cidadão a colaborar com o Município no combate ao descarte irregular de resíduos sólidos em vias públicas, terrenos baldios, áreas verdes, cursos d'água e demais logradouros.

É notório que o descarte inadequado de lixo e entulho constitui problema recorrente em Bom Despacho, gerando impactos diretos na saúde pública, na drenagem urbana, na preservação ambiental, na proliferação de vetores de doenças e no aumento dos custos com limpeza e manutenção da cidade. Tais condutas, além de degradarem o espaço urbano, sobrecarregam os serviços públicos e demandam constantes intervenções do Poder Público.

Nesse contexto, a participação da população apresenta-se como importante instrumento de fiscalização colaborativa, ampliando a capacidade de atuação do Município sem a necessidade de criação de novas estruturas administrativas ou aumento significativo de despesas.

A proposta autoriza o Executivo a conceder recompensa de até 20% do valor da multa aplicada ao infrator, apenas nos casos em que a denúncia resultar em autuação e efetiva arrecadação da penalidade, o que significa que eventual pagamento estará condicionado ao ingresso prévio de recursos nos cofres públicos, não havendo geração de despesa sem correspondente receita.

Trata-se, portanto, de medida que pode inclusive reduzir gastos públicos, ao desestimular práticas ilegais, diminuir custos com limpeza urbana e fortalecer a conscientização ambiental da comunidade.

A iniciativa encontra respaldo no art. 225 da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, bem como nos princípios da eficiência administrativa, da participação popular e da proteção ao interesse público.

Importante destacar que programas semelhantes já foram adotados com êxito em outros municípios brasileiros, como Presidente Prudente/SP, Rio Claro/SP e Ponta Grossa/PR, onde a



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO / MG

VEREADOR JOÃO EDUARDO



colaboração da população tem contribuído significativamente para a redução do descarte irregular e para o fortalecimento das políticas ambientais locais.

Ressalta-se, ainda, que o texto possui natureza meramente autorizativa, respeitando a iniciativa privativa do Poder Executivo quanto à organização administrativa e execução orçamentária, cabendo ao Prefeito avaliar a conveniência, oportunidade e regulamentação do programa, o que afasta qualquer vício de iniciativa.

Dessa forma, a presente proposição busca oferecer ao Município instrumento moderno, eficiente e de baixo custo, fortalecendo a cidadania ativa e promovendo maior zelo pelo espaço público.

Ante o relevante interesse público da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.